

# Maurílio exige, faz ameaças e dá mau exemplo

O presidente da Subcomissão dos Direitos Políticos, dos Direitos Coletivos e Garantias, deputado Maurílio Ferreira Lima, finalmente conseguiu obter quorum para realizar reunião e discutir o anteprojeto do deputado Lysâneas Maciel. Anteriormente, revoltado com a repetição de um problema que há muito tempo vinha prejudicando os trabalhos da Subcomissão, ele ameaçou os constituintes faltosos de "entregar" seus nomes aos jornalistas, para que os deputados e senadores "assíduos" não fossem "confundidos" com eles.

Maurílio prometeu, também, enviar uma advertência por escrito aos que não fossem ontem à Subcomissão, temendo não ter como votar o anteprojeto no próximo fim de semana. Não foi preciso. Pela primeira vez nas últimas semanas, 13 dos 19 membros da Subcomissão compareceram. Um dos ausentes, entretanto, foi especialmente notado: o próprio deputado Maurílio Ferreira Lima.

"Ele não veio? Que sarro!" Assim a deputada Anna Maria Rattes (PMDB/RJ), amiga de Maurílio Ferreira Lima e uma das candidatas a ter o nome "entregue à imprensa" reagiu, ao constatar que a reunião de ontem seria presidida pelo deputado Orlando Pacheco (PFL/SC). Anna Maria garantiu que não recebeu qualquer advertência e que sequer sabia da ameaça, mas fez questão de esclarecer: "As reuniões que estavam marcadas para o fim da semana passada, às quais a maioria dos constituintes não compareceu, foram avisados à última hora, quando todos nós já tínhamos compromissos em nossos estados". Para Anna Maria Rattes, a ausência de Maurílio é uma prova de que "todos temos problemas e o direito de faltar".

O senador Humberto Lucena,

presidente do Senado e do Congresso, concorda com a deputada. Ele normalmente não vai às reuniões da Subcomissão, em função de outros compromissos impostos pelos cargos que ocupa, mas garantiu que não foi convocado por ninguém, nem se sentiu intimidado, ao ler a ameaça de Maurílio no CORREIO BRAZILIENSE de ontem. "O deputado Maurílio Ferreira Lima tem se comportado muito bem na presidência. E um direito dele fazer pressão para realizar reuniões, mas a melhor maneira seria não através da imprensa, mas de um apelo pessoal", recomendou.

## ATRASO

As 11h25 — uma hora após o início previsto da reunião — o presidente da Subcomissão chegou a sede e sequer foi notado pela maioria dos constituintes presentes. Maurílio Ferreira Lima deu uma rápida passada na secretaria da Subcomissão e foi embora, sem assumir a presidência da reunião ou prestar qualquer esclarecimento aos deputados e senadores. Já no corredor em frente à Subcomissão, Maurílio explicou que cedo havia telefonado para as secretárias, avisando da impossibilidade de presidir a reunião. Sobre a advertência prometida aos constituintes faltosos, ele disse ter mudado de ideia: "A matéria que o CORREIO publicou serviu como tal", afirmou.

Ao explicar sua ausência da reunião, Maurílio disse que ontem precisaria "desempenhar outras funções políticas de importância", mas ressaltou: "É a primeira reunião que eu falto". Alertado para o fato de que a ausência poderia não repercutir bem, em função das ameaças da véspera, Maurílio Ferreira Lima, sorrindo, concluiu: "Vocês me pegaram pelo pé".

# Prazo para emendas é prorrogado

Decisão da Constituinte provoca protesto de muitos relatores

EUGENIO NOVAES



A mesa diretora da Constituinte prorroga prazo até amanhã, mas Ulysses libera relatores para rejeitar emendas

O prazo para apresentação de emendas aos relatórios das subcomissões temáticas da Constituinte foi prorrogado para as 20 horas de hoje. A decisão foi tomada ontem pela mesa da Constituinte, e, segundo o 1º vice-presidente, senador Mauro Benevides (PMDB-CE), deveu-se aos apelos de "muitos relatores parlamentares". A decisão gerou críticas de vários relatores, que já haviam praticamente concluído seus trabalhos, o que levou o presidente da Assembleia, deputado Ulysses Guimarães, a definir que os relatores não são obrigados a receber as emendas encaminhadas depois do término do prazo inicial.

O entendimento de Ulysses foi o de que os constituintes que tiverem suas emendas não aceitas pelas subcomissões poderão apresentá-las perante as comissões temáticas. Algumas subcomissões não receberão mais emendas. E o caso da Subcomissão do Poder Executivo, cujo relatório pode ser emendado até o último domingo, e que iniciará a votação amanhã, devendo concluir a matéria em polêmica, já que a matéria é polêmica. Também a Subcomissão do Poder Legislativo, que recebeu emendas até a última segunda-feira, não reabriu o prazo para propostas, e iniciará a votação do parecer amanhã, com a expectativa de concluir a na próxima sexta-feira. Mais adiantada, a Subcomissão de Municípios e Regiões começará a discutir o relatório hoje e fará a votação final amanhã.

Ainda que se recusem a receber emendas durante essa dilatação do prazo, todos os relatores de subcomissões terão 72 horas, a partir das 20 horas de hoje, para examinar as propostas e emitir um parecer.

## PARECER

Justamente a Subcomissão dos Municípios e Regiões, a que recebeu maior número de emendas na Comissão da Organização do Estado, tinha seu relatório em conclusão ontem à noite. O relator Aloysio Chaves trabalhava com 124 emendas, as 19h, e encerraria uma hora depois o recebimento.

As outras duas subcomissões — dos Estados e da União, do Distrito Federal e dos Territórios — haviam recebido respectivamente 110 e 106 emendas. Na secretaria das três subcomissões ouviam-se queixas contra o prorrogação do prazo. Já cansados pela sobrecarga de trabalho, os funcionários terão um plantão adicional nos casos em que os relatores aceitarem a prorrogação dada ontem pelo presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães.

## Relatório de Gasparian será votado sábado

A Subcomissão do Sistema Financeiro decidiu, ontem, reabrir no sábado pela manhã a primeira votação do relatório que deverá ser entregue segunda-feira à Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças. O presidente da comissão, deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ), mandou avisar à subcomissão que cumprirá rigorosamente os prazos previstos no regimento interno da Constituinte.

O aviso de Dornelles tem motivos. Se a subcomissão não entregar seu anteprojeto na segunda-feira, dia 25, o presidente da comissão deverá incumbir o relator — no caso, o deputado José Serra (PMDB-SP) — da tarefa. A Subcomissão do Sistema Financeiro tem outro problema: o seu relator, deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP), viajou para Milão, Itália, de onde só voltará amanhã.

Até a manhã de ontem, 101 emendas haviam sido encaminhadas à subcomissão. Com a prorrogação do prazo de recebimento, espera-se que o número final chegue a quase 200. Os integrantes da subcomissão estão preocupados com a possibilidade de votar o relatório sem tempo para discutir todas as emendas. O presidente da subcomissão, senador Cid Sabóia de Carvalho (PMDB-CE), resolveu também deixar em aberto a opção de marcar uma sessão no domingo pela manhã, se for necessário.

## Virgildásio analisa 300 propostas

O deputado Virgildásio de Senna (PMDB-BA), responsável pela elaboração do relatório da Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica, recebeu até ontem, pela manhã, cerca de 300 emendas.

O prazo para que o deputado leia as emendas e dê o seu parecer encerra-se na sexta-feira. Para esta data, está marcada nova reunião da subcomissão a fim de que os parlamentares tomem conhecimento do teor das emendas e votem as propostas.

Em razão da existência de muitas matérias a serem discutidas, os parlamentares acreditam que a votação só terminará no próximo domingo. Na segunda-feira, o relator terá que apresentar um relatório final a ser submetido em plenário e enviado à Comissão de Ordem Econômica.

## Genoíno faz subcomissão mudar o tema

A Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais realizou ontem sua última reunião para apresentação e discussão de emendas ao anteprojeto do relator, deputado Darcy Pozza (PDS/RS). A polêmica do dia, entretanto, foi causada não por um membro da Subcomissão, mas pelo deputado José Genoíno (PT/SP), que apresentou emenda ao anteprojeto e iniciou uma longa discussão sobre a reforma agrária, que não é tema para a Subcomissão.

Genoíno defendeu em sua emenda que o direito a propriedade, incluído no anteprojeto, deve ser retirado do âmbito dos Direitos e Garantias Individuais, e ser tratado pela Comissão da Ordem Econômica. O deputado concorda que a propriedade deve ser subordinada à função social — exatamente como está no anteprojeto de Pozza — mas diz, o assunto não deve aparecer nesse capítulo. A proposta do deputado, entretanto, não encontrou boa acolhida entre os membros da Subcomissão. Ninguém concordou e os deputados José Carlos Coutinho (PL/RJ), Lúcia Vânia (PMDB/GO), Ubiratan Spinelli (PDS/MT), Nyder Barbosa (PMDB/ES), e Narciso Mendes (PDS/AC) solicitaram a manutenção do artigo no anteprojeto. A partir daí, a reunião passou a tratar da reforma agrária, com cada parlamentar defendendo seu ponto de vista.

## EMENDAS

Até o início da tarde, a Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais havia recebido mais de 200 emendas ao anteprojeto de Darcy Pozza. O relator disse que cem delas já estavam analisadas e que as demais — "que acho que chegarão a 200" — serão estudadas até sexta-feira. No sábado Pozza deverá apresentar seu anteprojeto modificado para votação na Subcomissão. De qualquer maneira, ele acredita que não serão feitas grandes mudanças no teor do anteprojeto inicial.

## Lima Filho pede reforma na Amazônia

O relatório da Subcomissão de Reforma Agrária vai propor a anulação do Decreto 1164/71, que proibiu a realização de reforma agrária em uma área de 95 milhões de hectares na Amazônia Legal.

Segundo o relator da subcomissão, Oswaldo Lima Filho (PMDB-PE), a medida vai possibilitar a reforma agrária na região, com 16 anos de atraso. Ele observou que, se a reforma agrária tivesse sido executada nesse período "milhares de famílias estariam hoje assentadas em seus lotes e muitos conflitos teriam sido evitados".

Lima Filho recebeu mais de 200 sugestões solicitando mudanças no seu relatório. Ele afirmou considerar normal a existência de opiniões divergentes em assunto tão polêmico como a reforma agrária. O relator disse que vai apreciar todas as emendas para que possa colocá-las em votação até domingo.

Por ter apresentado oito emendas, a deputada Irma Passoni (PT-SP) constituiu um dos destaques entre os participantes da subcomissão. Ela acha que o relatório do deputado Oswaldo Lima Filho não refletiu ainda as discussões e propostas dos constituintes. Por isso, a deputada disse que está apresentando novamente proposta para que, após decidida a desapropriação de determinada área, seja garantida ao Incra a emissão imediata da terra. Irma Passoni disse que, durante os trabalhos preliminares da subcomissão, insistiu nessa questão por considerar que todo o atraso da reforma agrária no Brasil resulta da demora da Justiça em decidir sobre a imissão de posse.

# Coelho quer adiar pequenas soluções

Resgatar os compromissos do PMDB com a redistribuição de renda e a justiça fiscal. E com este objetivo que o deputado Irajá Rodrigues (RS) pretende mobilizar a bancada do partido na Subcomissão de Tributos, Participação e Distribuição das Receitas e discutir as mudanças que considera necessárias no anteprojeto preliminar do relator, deputado Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE).

Designado pelo senador Mário Covas (SP) para acompanhar, como vice-líder do PMDB, os trabalhos da subcomissão, o deputado Irajá Rodrigues criticou ontem o anteprojeto, "porque vai piorar a distribuição de renda no País". Segundo afirmou, é possível inverter na nova Constituição o caráter regressivo do sistema tributário, onde as famílias de baixa renda pagam mais imposto do que os ricos. Bezerra Coelho acredita o contrário: a regressividade será atenuada pela legislação ordinária e complementar, posterior à Constituinte.

— Ou se acaba a regressividade na Constituinte ou não conseguiremos acabá-la mais tarde — previne Irajá Rodrigues, que era o candidato indicado pela liderança do PMDB na Constituinte para ocupar o

cargo de relator, mas foi derrotado por uma rebelião suprapartidária comandada por deputados do Norte e Nordeste, que elegeram o deputado Benito Gama (PFL-BA) e consagraram Bezerra Coelho como relator. Desde a eleição, há quase dois meses, Irajá não aparece nas reuniões da subcomissão.

Ontem de manhã, em seu gabinete, enquanto terminava de elaborar as emendas que apresentou ao anteprojeto, Irajá Rodrigues procurou demonstrar otimismo com sua nova missão. Acredita que até a próxima segunda-feira, quando o relatório final será votado na subcomissão, terá tempo para influir e até mesmo introduzir mudanças radicais no anteprojeto.

Entre as críticas que faz, Irajá Rodrigues afirma que o imposto de Renda e os dois impostos sobre propriedade (o Rural e o Urbano) "não têm progressividade", ou seja, deixam de onerar quem tem mais renda ou propriedade. Outro ponto que ataca é o novo imposto sobre vendas a Varejo, um tributo municipal que, além de representar tributação (porque se confunde com o ICM), é indireto, cujos custos podem ser repassados ao consumidor final, indiscriminadamente.

Vice-presidente da Frente Municipalista, Irajá também faz restrições ao mecanismo de transferência de receitas e encargos para os municípios, com a extinção gradual do Finsocial. Pela proposta de Bezerra Coelho, os recursos do Finsocial (20 por cento anuais, durante cinco anos) servirão para os municípios absorver encargos a serem repassados pelos Estados e União.

— Isto é um engodo — acusa Irajá, ao afirmar que, no segundo ano do programa, os municípios acumularão o dobro de encargos, mas receberão a mesma quantidade de dinheiro. A situação, segundo afirmou, tende a piorar a cada ano. Nem o aumento da cota do Fundo de Participação será suficiente para que os municípios bancuem a escalada de novos encargos, como educação, saúde e urbanização, de acordo com Irajá.

O único ponto positivo, segundo o deputado gaúcho, é o renascimento do imposto sobre Doação e Heranças. Mas ele volta a soltar farpas contra a possibilidade de dar mais força aos Estados do que aos Municípios, os quais, conforme visualiza, terão que submeter à "tutela política" dos governadores para conseguir realizar suas obras e projetos.

# Militares: sem toque na "espinha dorsal"

A ampliação da composição do Conselho de Segurança Nacional (CSN) com a inclusão de uma representação parlamentar, a supressão da exigência de audiência ao Conselho, pelo presidente da República, para a decretação dos estados de defesa e de sítio, e o restabelecimento da competência da Polícia Federal para prevenir e reprimir o tráfico de entorpecentes. Estas são algumas alterações que o deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE) deverá promover no relatório da subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança. Ele admitiu no primeiro debate realizado pela subcomissão sobre o seu trabalho, quando disse não ter a obsessão de manter na próxima Constituição a expressão "segurança nacional".

Fiúza disse também que não mudará "a espinha dorsal" do anteprojeto, e que não pretende alterar o papel das Forças Armadas, podendo, entretanto, aperfeiçoar o texto proposto. Segundo ele, se se retirar a responsabilidade das Forças Armadas pela ordem interna, qualquer interferência — como por exemplo a participação dos militares para a garantia das eleições — seria um "arranhão" na Constituição.

O debate girou em torno das emendas apresentadas pelos integrantes da subcomissão. Fiúza admitiu retirar do relatório

os dispositivos sobre as garantias e vantagens dos militares, desde que a mesma orientação seja seguida pela subcomissão que trata dos servidores civis, defendeu a necessidade de uma fórmula que evite a intromissão excessiva do Estado na vida dos cidadãos, em relação aos serviços de informações, e manifestou-se contrário à emenda do deputado Arnaldo Moraes (PMDB-PR) definindo o que é segurança nacional, "porque os objetivos e conceitos são mutáveis".

Fiúza se disse disposto a acolher um novo texto sobre as atribuições das polícias militar e civil, mas disse que a fórmula que adotou — com a criação de um capítulo sobre segurança pública — foi a melhor possível: — Cheguei à exaustão. A Polícia Militar queria acabar com a Polícia Civil, e a Polícia Civil queria acabar com a Polícia Militar. Ninguém ficou satisfeito com a minha proposta.

A reunião — assistida por policiais militares e delegados de polícia — foi iniciada com uma reação de Fiúza a uma observação do deputado José Genoíno (PT-SP), na justificativa de uma emenda, de que o relator preocupou-se em aceitar as sugestões do Ministério do Exército. Fiúza, irritado, disse que respeitava as ideias de Genoíno, e que nunca falou que elas eram antidemocráticas.

# Proposta de Lysâneas sofre duras críticas

O anteprojeto elaborado pelo deputado Lysâneas Maciel (PDT/RJ), relator da Subcomissão dos Direitos Políticos e Garantias Coletivas e Garantias, foi duramente criticado ontem, durante a primeira — e última — reunião em que os membros da Subcomissão apreciaram em conjunto o trabalho. Embora outras quatro reuniões tenham sido convocadas com esse objetivo, nenhuma delas chegou a ser realizada, por falta de quorum. Mais exaltado que seus companheiros, o senador João Menezes (PFL/PA)

pediu simplesmente que o anteprojeto fosse "desconsiderado e derrubado".

— Não resta dúvida que foi um trabalho de grande fôlego, no qual se demonstra a vivacidade, a inteligência e o posicionamento ideológico do relator. A sua imaginação foi fértil, mas tenho a impressão de que estou revendo o livro intitulado "Utopia", de Thomas Morus — afirmou Menezes, em tom irônico. Para ele, dentro da estrutura do Brasil, o anteprojeto de Lysâneas não pode ser aceito se não como "contribuição".



# Esquerda pensa até em destituir Cabral

As declarações feitas pelo relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), criticando os trabalhos produzidos pelas subcomissões temáticas em entrevista ao jornal o Estado de S. Paulo, provocaram ontem protestos de subcomissões e de partidos políticos. O PT, o PDT e o PCB pretendem requerer a substituição de Cabral.

A Subcomissão de Garantia da Constituição, Reforma e Emendas aprovou, por unanimidade, moção de repúdio às declarações, considerando-as inoportunas, infelizes e precipitadas. Cópia da moção serão encaminhadas à presidência da Constituinte, às subcomissões e comissões temáticas, e à Comissão de Sistematização. Ao explicar a decisão da subcomissão, o relator, deputado Nelto Friedrich (PMDB-RS), disse que Bernardo Cabral tratou os relatores como "ingênuos e tendenciosos".

Em nota distribuída à imprensa, o presidente da Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias, deputado Ivo Lech (PMDB-RS), declara que o plenário, em decisão unânime, resolveu protestar publicamente contra as declarações de Bernardo Cabral "desmerecendo e ridicularizando os trabalhos desenvolvidos nas subcomissões e comissões temáticas".

— Estas declarações, além de ofensivas aos membros da Assembleia Nacional Constituinte, agredem a competência e dedicação de seus relatores, ofen-

dendo ainda a todos os setores de nossa sociedade que aqui vieram prestar seus depoimentos de inestimável contribuição à história constitucional do País — acrescenta Ivo Lech.

Uma crítica formal à entrevista do relator da Comissão de Sistematização será feita ao presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, pelas bancadas do PT, do PDT e do PCB, que pedirão a substituição de Bernardo Cabral. Segundo o vice-líder do PT, deputado José Genoíno (SP), o relator não poderia emitir um parecer prévio sobre os relatórios das subcomissões:

— Foi um equívoco lamentável — disse Genoíno.

## SEM QUORUM

Por falta de quorum, a Comissão de Sistematização, presidida pelo senador Afonso Arinos (PFL-RJ), deixou de votar segunda-feira à noite o projeto de decisão nº 2, que suspende a vigência do art. 2º da Lei nº 5.279, de 1967, que considerou como diário a parte variável dos subsídios parlamentares, isentando-a, em consequência da incidência do Imposto de Renda.

O projeto, apresentado pelo deputado Victor Faccioni (PDS-RS), suscitou por quase duas centenas de constituintes, considera que a isenção constitui privilégio insustentável e que, no instante em que se elabora uma nova Constituição, a providência proposta é um imperativo ético.

## VOTAÇÃO

A Comissão de Sistematização levou mais de uma hora discutindo e chegando até a votar o conteúdo da ata da reunião de quinta-feira passada, que tratou do projeto de decisão nº 1 (pedido de auditoria sobre a dívida externa brasileira). O que ninguém sabia, nem mesmo o presidente da Comissão, senador Afonso Arinos, é que o artigo 37 do Regimento Interno da Assembleia Nacional Constituinte considera aprovada a ata da sessão anterior. "Independente de discussão ou votação". Eram 22h30 de segunda-feira e até o relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral, já havia votado contra o texto da ata, considerado por 18 outros constituintes como "fraudulento" e não representativo da realidade.



Bernardo Cabral